



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

**Processo n.º:** 17175/2015-e

**Jurisdicionada:** Vários órgãos

**Assunto:** Auditoria de regularidade

**Ementa:** Auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por objeto os pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade efetuados aos servidores, assim como os procedimentos de concessão dessas vantagens.

Decisão nº 1985/2017: Apreciação de Relatório de Auditoria. Determinações.

Decisão nº 896/2018: Atendimento parcial das determinações. Reiteração e alerta.

Decisão nº 1.077/2019: Atendimento parcial das determinações. Reiteração e alerta.

Decisão nº 1814/2019: Conhecimento de Pedido de Reexame.

Decisão nº 452/2020: Parcial provimento ao Pedido de Reexame.

Decisão nº 1668/2020: Conhecimento e, no mérito, rejeição de Embargos de Declaração.

Decisão nº 830/2022: Prorrogação de prazo.

**Nesta fase:** Exame da Decisão n.º 4236/2022. Atendimento parcial das determinações. Reiteração.

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, versando sobre os pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, bem como os respectivos procedimentos de concessão dessas vantagens.

2. Nesta fase processual, cuida-se do exame do cumprimento da Decisão n.º 4236/2022 (eDOC A93E2EEB – peça 318).

3. Na sessão de 28.09.22, esta Corte proferiu a citada Decisão, nos seguintes termos:

**DECISÃO Nº 4236/2022**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 2438/2019 - SEFP/GAB, da atual Secretaria de Economia*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

do Distrito Federal (Peça nº 210); do Ofício SEIGDF nº 950/2019 – SSP/GAB (Peças nºs 243 e 274); do Ofício nº 2121/2020 - SEEC/GAB (Peça nº 263); dos requerimentos apresentados à Ouvidoria desta Corte pelo Sr. Edivaldo José dos Santos e respectivos documentos (Peças nºs 244 a 259, 275 e 276); da petição apresentada pelo DETRAN/DF (Peça nº 293); e dos documentos relativos à denúncia anônima feita junto à Ouvidoria do Tribunal (Peças nºs 294/303); II – considerar prejudicadas as determinações constantes da alínea “a” do item V da Decisão nº 1.077/2019, haja vista a superveniência de alteração legislativa por meio da LC nº 956/2019; III – considerar parcialmente cumprida a alínea “b” e não atendida a alínea “c” do item V da Decisão nº 1.077/2019; IV – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal apresente os laudos técnicos que embasam o pagamento do Adicional de Periculosidade aos Agentes de Execução Penal, em especial, dos listados no Quadro II do Anexo I, bem como os que fundamentam o Adicional de Insalubridade aos elencados no Quadro I do Anexo I; b) a Secretaria de Economia do Distrito Federal corrija o Adicional de Insalubridade recebido por Carlos Alberto da Silva, Técnico de Manutenção, Matrícula nº 53841-8, visto que ele faz jus a 20% (vinte por cento) do salário mínimo e recebe 40% (quarenta por cento), atentando para o ressarcimento do indevidamente recebido, bem como, em relação ao empregado da TCB, Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, se foi adotada alguma providência à luz do disposto na Nota Técnica SEI-GDF nº 106/2018 - SEPLAG/GAB/AJL/UNP e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho nº GST 134/2019 sobre a natureza declaratória do LTCAT; c) o Departamento de Trânsito do Distrito Federal observe os termos do item V.c da Decisão nº 1077/2019 (na redação dada pela Decisão nº 452/2020), e tendo em conta os parâmetros estabelecidos no item V, “c.1”, justifique o pagamento de forma generalizada e habitual do Adicional de Insalubridade no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021, juntando documentação comprobatória do atendimento daqueles critérios; V – alertar o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, para adoção das providências de sua competência indicadas pela Gerência de Segurança do Trabalho da Subsaúde/SEEC, relatadas no Ofício nº 2119/2020 – SEEC/GAB (fls. 4/6 do edoc 7D0EF9DE – Peça nº 263), por ser a unidade responsável no âmbito distrital pelo controle do cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho; VI – autorizar a remessa de cópia da Informação - DIFIPE1 (inclusive do Anexo I), do relatório/voto do Relator e desta decisão às jurisdições indicadas no item IV, supra, para subsidiar a adoção das providências determinadas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

4. Em atenção à Decisão supratranscrita, foram encaminhadas as peças 325, 327 a 329 e 334 a 361.

5. Assim, tendo em vista as informações e os documentos juntados ao processo, bem como o resultado de consultas realizadas nos sistemas disponíveis, passa-se à análise do cumprimento, pelos jurisdicionados, da Decisão nº 4236/2022, conforme se segue.

*- “IV – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal apresente os laudos técnicos que embasam o pagamento do Adicional de Periculosidade aos Agentes de Execução Penal, em especial, dos listados no Quadro II do Anexo I, bem como os que fundamentam o Adicional de Insalubridade aos elencados no Quadro I do Anexo I;”.*

6. No tocante a esse item, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE) apresentou as peças 334 a 341.

7. Nas peças 334 a 336, foram apresentados LTCAT's coletivos, os quais fazem referência aos Agentes de Execução penal que atuam nos seguintes setores: Unidades prisionais (peça 334), Centro de Detenção Provisória II (peça 335) e setores administrativos (peça 336).

8. Ainda, em resposta à determinação desta Corte, a SEAPE, no Ofício nº 1936/2022 (peça 341), assim se manifesta:

*Com fim de ordenar a instrução nos termos da demanda apresentada, foram anexados aos autos os seguintes documentos:*

*1. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT Nº GST 228/2020 (99176792) - LTCAT referente aos policiais penais lotados nas seguintes unidades: DIRETORIA PENITENCIÁRIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS; CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO; CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP; CENTRO DE OBSERVAÇÃO DO CDP; CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - CPP; PENITENCIÁRIA I DO DISTRITO FEDERAL; PENITENCIÁRIA II DO DISTRITO FEDERAL; PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL;*

*2. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT Nº GST 3004/2020 (99176958) - LTCAT referente aos policiais penais lotados na unidade CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II;*

*3. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT Nº 3329/2022 - SEEC/SUBSAUDE/COPSS/GST (99177184) - LTCAT referente aos policiais penais lotados nas unidades*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

*administrativas da Secretaria de Estado de Administração e seus órgãos internos, bem como os policiais penais cedidos e à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.*

4. OFÍCIO Nº 018082/2022 – GEBIN/DIOPE/SUOP/SEGER/PGDF (99177351) - Posicionamento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto a percepção do adicional periculosidade pelos Policiais Penais do Distrito Federal e a respectiva necessidade de comprovação;

5. DECRETO Nº 32.547, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010 (99177606) – Regulamenta a concessão dos adicionais de insalubridade, de periculosidade, de radiação ionizante e da gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas, aos servidores públicos civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências;

6. LEI COMPLEMENTAR Nº 956 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (99177812) - Concede a carreira da Polícia Penal do Distrito Federal o adicional periculosidade correspondente ao percentual de 20%;

7. Circular n.º 19/2022 - SEAPE/SUAG/COAD/DIGEP (99177947) - Trata do procedimento necessário para o direito à percepção do Adicional de Periculosidade aos Policiais Penais lotados na estrutura administrativa da SEAPE, bem como aos policiais penais cedidos ou à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

*Ressalto a Vossa Excelência, que com relação ao solicitado na decisão no que tange ao destaque "...em especial, dos listados no Quadro II do Anexo I, bem como os que fundamentam o Adicional de Insalubridade aos elencados no Quadro I do Anexo I..." informo que esta pasta não conseguiu ter acesso aos quadros do anexo em referência.*

9. Os Quadros I e II retromencionados constam da peça 306 e trazem uma lista de servidores (e respectivas lotações) que percebiam, respectivamente, adicional de insalubridade e adicional de periculosidade. Ocorre que os LTCAT's apresentados pela jurisdicionada concluem que os servidores lotados nos setores a que se referem não fazem jus a adicional de insalubridade. Ademais, o LTCAT nº 3329/2022 (peça 336) traz a lista dos setores de lotação cujos servidores teriam ou não direito à percepção do adicional de periculosidade.

10. Nessa seara, observa-se que alguns servidores do Quadro I continuam percebendo adicional de insalubridade sem embasamento legal, a exemplo dos servidores Antônio Elson da Costa Neto, Jaqueline A. de Souza Inácio, Maribel Alves de Castro Silva, Raimundo de Souza Junior, Renato Vieira Dantas e Zildení Pereira Sobrinha Scheiner.

11. Da mesma forma, conforme LTCAT apresentado na peça 336, vários servidores apresentados no Quadro II continuam não tendo direito à percepção de adicional



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

de periculosidade, a exemplo dos servidores lotados nos setores Assessoria de Comunicação, Assessoria Jurídico-Legislativa, Comissão de Licitação, Coordenação Administrativa, Coordenação de Orçamento e Finanças, Diretoria De Contratos e Convênios, Diretoria de Execução Financeira, Diretoria de Execução Orçamentária, Diretoria de Gestão de Pessoas, Gabinete, dentre outros.

12. Assim, a documentação apresentada é insuficiente para embasar os pagamentos de Adicional de Insalubridade e de Adicional de Periculosidade de que tratam os Quadros I e II.

13. Pelo exposto, sugere-se reiterar a determinação, fornecendo acesso à jurisdicionada dos **Quadros I e II do Anexo I (transcritos para as páginas 12 a 20 da presente instrução)**.

- “IV – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: b) a Secretaria de Economia do Distrito Federal corrija o Adicional de Insalubridade recebido por Carlos Alberto da Silva, Técnico de Manutenção, Matrícula nº 53841-8, visto que ele faz jus a 20% (vinte por cento) do salário mínimo e recebe 40% (quarenta por cento), atentando para o ressarcimento do indevidamente recebido, bem como, em relação ao empregado da TCB, Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, se foi adotada alguma providência à luz do disposto na Nota Técnica SEI-GDF nº 106/2018 - SEPLAG/GAB/AJL/UNP e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho nº GST 134/2019 sobre a natureza declaratória do LTCAT;”.

14. Em resposta ao item acima, a Secretaria de Estado de Economia (SEEC) apresentou as peças 342 a 361. Na peça 351, a Diretoria de Registro Financeiro da jurisdicionada afirma que:

*Em atenção ao Despacho SEPLAD/SEGEA/SUAG (101238086), no que se refere ao empregado **Carlos Alberto da Silva, Matrícula nº 53841-8**, informo que a Gerência de Pessoal Empregado anexou aos autos a Decisão Judicial - Carlos Alberto da Silva (101380053) que concedeu adicional de insalubridade no percentual de 40%.*

*Quanto ao empregado **Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7**, enquanto cedido para Secretaria de Educação do Distrito Federal ele exercia atividade insalubre e recebia o devido adicional. Quando do retorno para a empresa de origem, qual seja a TCB, a contar de 29 de novembro de 2019, deixou de receber insalubridade.*

15. A sentença proferida na ação judicial supracitada foi anexada aos autos (peça 350), em que foi deferido o “pagamento a partir de 17/12/2013 das diferenças de adicional de insalubridade (de 20% para 40%) até a inclusão do adicional de insalubridade de 40% na folha de pagamento e enquanto perdurarem as mesmas condições de trabalho [...]”. Verifica-se que a decisão judicial transitou em julgado em 05.07.2019.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

Desse modo, não há correções a serem feitas no percentual recebido, tampouco valores a serem ressarcidos pelo empregado.

16. Já em relação ao empregado Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, a Coordenação de Gestão de Pessoas se manifestou na peça 358:

*Tratam os autos, a Decisão nº 4236/2022 (97375773), proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que diz respeito a auditoria de regularidade realizada, tendo como escopo, os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade efetuados aos servidores, assim como os procedimentos de concessão dessas vantagens.*

*Por meio do Despacho - SEPLAD/SEGEA/SUAG (102133136), em menção a Nota Técnica (101684662), da Unidade de Controle Interno que se manifestou informando que ainda constam diligências a serem adotadas, a saber: 3.4. No que concerne à parte final do item IV, alínea "b" da Decisão nº 4236/2022, qual seja: "em relação ao empregado da TCB, Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, se foi adotada alguma providência à luz do disposto na Nota Técnica SEI-GDF nº 106/2018 - SEPLAG/GAB/AJL/UNP e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho nº GST 134/2019 sobre a natureza declaratória do LTCAT", não obstante as informações prestadas pela SEGEA/SEPLAD, entende-se que ainda remanesce a necessidade de esclarecimento sobre eventual pagamento relativo a valores atrasados de Adicional de Insalubridade ao requerente, conforme transcrição a seguir, retirada do Relatório/Voto de id nº 97393848 - Item 6, a qual menciona tese defendida na Nota Técnica SEI-GDF nº 106/2018 - SEPLAG/GAB/AJL/UNP:*

*107. De outra sorte, a retrocitada nota técnica pontua "que, tendo em vista que o LTCAT possui natureza declaratória, o atual pagamento de 20%, verificado por meio do processo sei nº 0080.00028170/2017-17 deverá retroagir até a data em que as atividades começaram a ser desempenhadas pelo empregado, conforme disciplinado no Parecer nº 114/2014-PROPES/PGDF." [grifou-se]*

*108. Em abono a essa tese, a conclusão do LTCAT nº GST 134/2019 (fls. 10/12 - peça 246 e fls. 9/14 - peça 254), a saber:*

*Diante do exposto, é presumível que o(a) servidor(a) fazia jus ao direito a concessão do adicional de insalubridade em grau médio, no período de 21.09.1998 a 18.05.2018. O*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

*referido laudo foi emitido, única e exclusivamente, para fins declaratórios em pedido de aposentadoria especial, conforme legislação em vigor.*

*109. Em consulta ao SIGRH, não se localizou eventual pagamento relativo a valores atrasados de Adicional de Insalubridade ao requerente, devendo ser esclarecido se foi adotada alguma providência no tocante ao entendimento exposto supra.*

*Desta maneira, considerando o item 3.4. da Nota Técnica N.º 38/2022 - SEPLAD/GAB/UCI (101684662), encaminhamos fichas financeiras (103700520; 103701015; 103701085; 103701295 e 103701421) referentes aos anos de 2001 a 2020, do empregado **Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7**, destacando que enquanto cedido para Secretaria de Educação do Distrito Federal ele exercia atividade insalubre e recebia o devido adicional. Quando do retorno para a empresa de origem, qual seja a TCB, a contar de 29 de novembro de 2019, deixou de receber insalubridade.*

*Saliento que a Gerência de Segurança do Trabalho – GST, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Segurança e Promoção à Saúde do Servidor da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE é o setor responsável em elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, que avalia o percentual e as condições referentes a implantação do Adicional de Insalubridade e seu encerramento, não sendo de conhecimento do setor de gestão de pessoas a existência de valores atrasados a serem pagos ao empregado **Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7**.*

17. Por fim, a SEEC enviou Ofício a esta Corte (peça 361), em que afirma:

*4. Sobre o assunto, acerca da primeira parte do item IV, alínea "b" da Decisão nº 4236/20222 (97305830), consoante manifestação da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa (Despachos SEPLAD/SEGEA/SUAG/COGEP/DIRFI - - 103959698 e SEPLAD/SEGEA/SUAG - 103960094), o pagamento do percentual de 40% (quarenta por cento) de Adicional de Insalubridade ao empregado Carlos Alberto da Silva foi determinado por determinação judicial (103959404).*

*5. No que concerne à parte final do item IV, alínea "b" da Decisão nº 4236/20222, seguem Fichas Financeiras referentes aos anos de 2001 a 2020 (103960499, 103960872, 103961124, 103961488 e 103961847), do empregado Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, destacando que enquanto cedido para a Secretaria de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

*Educação do Distrito Federal ele exercia atividade insalubre e recebia o devido adicional e quando do retorno para a empresa de origem, qual seja a TCB, a contar de 29 de novembro de 2019, deixou de receber insalubridade, segundo esclarecimentos da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa (Despachos SEPLAD/SEGEA/SUAG/COGEP - 103962385, SEPLAD/SEGEA/SUAG - 103962730 e Memorando nº 220/2023 - SEPLAD/SEGEA - 103963012).*

18. Pelo exposto, entende-se por cumprido o presente item, tanto em relação ao empregado Carlos Alberto da Silva quanto em relação ao empregado Edivaldo José dos Santos, não restando providências a serem adotadas.

- “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: IV – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: c) o Departamento de Trânsito do Distrito Federal observe os termos do item V.c da Decisão nº 1077/2019 (na redação dada pela Decisão nº 452/2020), e tendo em conta os parâmetros estabelecidos no item V, “c.1”, justifique o pagamento de forma generalizada e habitual do Adicional de Insalubridade no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021, juntando documentação comprobatória do atendimento daqueles critérios;”.

19. Em resposta ao determinado nesse item, o DETRAN/DF anexou a peça 327, em que há manifestação do Núcleo de Registro Financeiro do órgão (NURFI) às fls. 22 a 24:

*Como é de conhecimento dessa Gerência, a problemática do pagamento do adicional de insalubridade aos Servidores Integrantes da Carreira de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, há muitos anos, residiu na utilização do Laudo Pericial nº 75/2003, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de forma generalizada, para amparar suposto direito ao recebimento do citado adicional em seu grau máximo (20%).*

*Tendo em conta as auditorias realizadas no âmbito do DETRAN/DF e também de Sentença já proferida na Instância Judicial, a fim de regularizar a situação, o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, foram proferidas as Decisão nº 1985/2017, 896/2018, 1077/2019 e 452/2020.*

*Não obstante, em face dessas decisões foram interpostos por esta Autarquia vários "pedidos de reexame" e assim foi atribuído efeito suspensivo às decisões citadas, sendo a última prorrogação proferida na Decisão nº 830/2022.*

*Assim, diante da insegurança jurídica quanto ao pagamento do adicional de insalubridade que há muito atormentava os servidores da categoria, abriu-se o Processo nº 00055-*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

*00019851/2020-61, com o objetivo de instituir a Gratificação de Compensação Orgânica - GCO devida aos servidores integrantes da Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito, no percentual de 19,31% do vencimento básico correspondente ao padrão em que o servidor efetivo estiver posicionado na Tabela de Vencimentos fixada pela Lei nº 5.245, de 16/12/2013, a fim de compensar os Agentes de Trânsito do DETRAN/DF pelo exercício de atividades que submetem ao desgaste orgânico, conforme publicado em DODF nº 29-A, de 02/04/2022, página 06 (98442635).*

*Com isso, o adicional de insalubridade foi suspenso do pagamento dos servidores da carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito deste DETRAN/DF a contar de Abril de 2022, já que conforme Art. 3º da Lei 7.100 de 02 de Abril de 2022, a Gratificação de Compensação Orgânica - GCO não pode ser percebida cumulativamente com o adicional de insalubridade, encerrando assim processos judiciais, administrativos e junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre a matéria. [realce nosso]*

20. Nesse contexto, observa-se que a jurisdicionada justifica que, atualmente, a situação encontra-se sanada, uma vez que tal parcela não está mais sendo paga.

21. Em consulta ao SAS (Statistical Analysis System), verifica-se que, em janeiro de 2023, 16 servidores perceberam adicional de insalubridade (rubrica 10801), todos eles pertencentes à Carreira Atividades de Trânsito. Assim, de fato, não há mais servidores da Carreira de Policiamento e Fiscalização de Trânsito percebendo tal adicional.

22. Assim, embora não tenha havido manifestação do DETRAN/DF especificamente acerca dos pagamentos de Adicional de Insalubridade no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021 aos Agentes de Trânsito, entende-se que, atualmente, a situação encontra-se sanada, uma vez que tal parcela não está mais sendo paga, e, com isso, a finalidade da determinação foi cumprida.

23. Nessas condições, pode-se ter por cumprido o item em questão.

*- “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: V – alertar o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, para adoção das providências de sua competência indicadas pela Gerência de Segurança do Trabalho da Subsaúde/SEEC, relatadas no Ofício nº 2119/2020 – SEEC/GAB (fls. 4/6 do edoc 7D0EF9DE – Peça nº 263), por ser a unidade responsável no âmbito distrital pelo controle do cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho;”.*

24. O Ofício nº 2119/2020 – SEEC/GAB trata de recomendações feitas pela Gerência de Segurança do Trabalho da Subsaúde/SEEC para que o DETRAN/DF adequasse a metodologia relativa à análise do direito à percepção de adicional de insalubridade pelos seus servidores.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

25. Conforme visto nos parágrafos 20 a 23, o DETRAN/DF informou que foi suspenso o pagamento de adicional de insalubridade aos servidores da carreira de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, a contar de abril de 2022.

26. Ocorre que a Lei nº 7.100/2022 trata especificamente da carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito (Agentes de Trânsito), de modo que não contempla os servidores da Carreira Atividades de Trânsito e os servidores de outras carreiras que se encontram lotados no DETRAN/DF.

27. Ademais, consoante o parágrafo 21, a rubrica 10801 – Adicional de Insalubridade continua sendo paga a alguns servidores do órgão.

28. Desse modo, entende-se que o item deverá ser reiterado para que sejam adotadas providências relacionadas à segurança do trabalho também para os servidores das demais carreiras atuantes no DETRAN/DF.

29. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente instrução, bem como das peças juntadas sob os números 325, 327 a 329 e 334 a 361;
- II. considerar parcialmente cumprido o item IV.a da Decisão nº 4236/2022;
- III. considerar cumpridos os itens IV.b e IV.c da Decisão nº 4236/2022;
- IV. considerar não cumprido o item V da Decisão nº 4236/2022;
- V. reiterar à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, para cumprimento em 60 (sessenta) dias, o item IV.a da Decisão n.º 4236/2022, adotando as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei: apresente os laudos técnicos que embasam o pagamento do Adicional de Periculosidade aos Agentes de Execução Penal, em especial, dos listados no Quadro II do Anexo I, bem como os que fundamentam o Adicional de Insalubridade aos elencados no Quadro I do Anexo I;
- VI. reiterar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal o item V da Decisão n.º 4236/2022, para que adote as providências de sua competência indicadas pela então Gerência de Segurança do Trabalho da Subsaúde/SEEC, relatadas no Ofício nº 2119/2020 – SEEC/GAB (fls. 4/6 do edoc 7D0EF9DE – Peça nº 263), por ser a unidade responsável no âmbito distrital pelo controle do cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho, também para as demais carreiras atuantes no DETRAN/DF, não alcançadas pela Lei nº 7.100/2022;
- VII. autorizar:
  - a. a remessa de cópia desta Informação, do voto e da Decisão que vier a ser proferida por esta Corte à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

Administração do Distrito Federal e ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal, para melhor compreensão da matéria; e

- b. o retorno dos autos à SEFIPE para as providências subsequentes.

À consideração superior.

Brasília (DF), 13 de março de 2023.

**LARISSA NUNES MOTA**

Auditora de Controle Externo

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

**ANEXO I**

<b>QUADRO I – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE</b>		
<b>Mat. nº</b>	<b>Nome do servidor</b>	<b>Lotação</b>
01946668	ANTONIO ELSON DA COSTA NETO	CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCACAO
01795066	GABRIELA GARCIA DE CARVALHO	NUCLEO DE DISCIPLINA
01987313	JAQUELINE A. DE SOUZA INACIO	CENTRO DE PROGRESSAO PENITENCIARIA
01948466	JEFERSON EZEQUIEL PIRES MARTINS	CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCACAO
01785222	JESSIKA MOREIRA DA SILVA	CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCACAO
01763601	MARCIO WILLIAN DIAS BARBOSA	DIRETORIA PENITENCIARIA DE OPERACOES ESPECIAIS
01785125	MARIBEL ALVES DE CASTRO SILVA	PENITENCIARIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL
01987291	OTAVIO GOMES LIMA COSTA	DIRETORIA PENITENCIARIA DE OPERACOES ESPECIAIS
01820737	RAIMUNDO DE SOUZA JUNIOR	PENITENCIARIA II DO DISTRITO FEDERAL
01788094	RENATO VIEIRA DANTAS	CENTRO DE DETENCAO PROVISORIA
16870522	ROGERIO DE PAULA DOS SANTOS	NUCLEO DE VIGILANCIA
01948458	ZILDENI PEREIRA SOBRINHA SCHEINER	PENITENCIARIA I DO DISTRITO FEDERAL

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

**ANEXO I**

<b>QUADRO II – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE</b>		
<b>LOTACAO</b>	<b>MATRÍCULA Nº</b>	<b>NOME SERVIDOR</b>
ASSESSORIA DE COMUNICACAO	01937065	ORISLEY GUEDES PIMENTA
	16930576	PAULO HENRIQUE DO ESPIRITO SANTO
ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA	16930592	FABRIZZIA BARBOSA MAINIER
	16825179	JOEL INACIO DE OLIVEIRA NETO
	1692827X	LUANA COSTA GONCALVES
	16885910	THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE COELHO
COMISSAO DE LICITACAO	01951084	ANA C. COSTA PEREIRA RODRIGUES
	01936301	JEANE R. DIAS MACHADO GONCALVES
COORDENACAO ADMINISTRATIVA	1686185X	CRISTIANE ALVES GUTERRES
	01950681	LAYSSA E. F. ALVES D'ARCADIA
COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANÇAS	16862260	DIEGO G. DE ALCANTARA E FREITAS
	16827600	GIOVANNA Q. DE SOUZA ANGELIM
	16674626	KATHRYN DE MORAIS CASTILHO
	16929446	LUDIENE OLIVEIRA DE ALMEIDA
	01760947	PATRICIA SANTANA RODRIGUES
	01925318	WILLIAN GONZAGA DO COUTO
DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVENIOS	16928261	ANA LUCIA CAMPOS CARDOSO AIRES
	01783343	ANDREIA M. N. RODRIGUES CORDEIRO
	01935348ANE	AYANE SOUZA MARTINS
	01783297	BRUNO DE SOUZA MOURA
	0196612X	DANIEL CARPANEDA SCHMIDT
	01922416	FLAVIANA KALIL RESENDE MAIA
	17012767	PAULO RICARDO SILVA DE ALMEIDA
DIRETORIA DE EXECUCAO FINANCEIRA	01936158	JOSE WESLEY ROCHA FERNANDES
	01772546	KATIA DALDEGAN SILVA
	01785478	PAULA CRISTIANE MENEZES FRAGA
	01948296	RAFAEL RODRIGUES PRADO BORGES
	01782843	RAMON NASCIMENTO DE OLIVEIRA
DIRETORIA DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	01794728	DEMETRIUS TIAGO SILVA
	0194827X	EDSON DE SENA ALVES
	01935313	KIELL COELHO COSTA



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

	16826612	PATRICIA PADILHA MARTINS DE SOUZA
DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS	0179342X	ADRIANA FRANCA DE SANTANA BOTELHO
	01876767	ADRIANA MARQUES ALVES FERREIRA
	01807412	ANNA CECILIA BEZERRA BARROS
	01950533	CAIO H. R. BEZERRA DA SILVA
	01950606	CHRISTINA DA COSTA SILVA HAINE
	0175825X	DAYANA ORSANO LEITAO
	01875469	DELANIO DE BRITO SILVA
	16951816	FRANCINALDA DE OLIVEIRA CRUZ
	01876031	GABRIELLA ALVES DA CUNHA ROCHA
	01784684	JOAO PAULO PORTELA GERVASIO
	16886321	JULIANA AGRA ENRIQUE AREAS
	01875914	JULIANA DE OLIVEIRA BORGES
	0197758X	KELLY BRITO DE SOUSA
	01876090	KELY DE SOUZA ALMEIDA DUTRA
	01785184	LEONARDO BERNARDINO VITOR
	01924966	MARCELE BRITO MIRANDA CADETE
	01764845	MARCELLO MACEDO DE AZEVEDO
	01784285	MARIANA DE OLIVEIRA CARDOSO
	01937057	MARINA QUEIROZ BICALHO
	01764578	MAXWELL AMERICO MARINELLO
	0187604X	RENAN WILSON NASCIMENTO DE MELO
	01758152	TASSIANA ROCHA PONTES
	01783793	THIAGO HEBERT GOMES ALVES
	01802453	VALESSA DE SOUSA OLIVEIRA
	01925229	VIVIAN GUEDES SIRQUEIRA GAMA
GABINETE	01966170	ALEX FERNANDES ROCHA
	01807137	AMANDA MENDES BRANDAO DE FARIA
	16825233	DIEGO MESSIAS DOS SANTOS SERAFIM
	16828380	EMANOEL WERCELENS PINHEIRO
	16824229	FABIANNE STEPHANNE PINNA
	01921940	GEORGE LUIZ COSTA CARVALHO
	16825926	GUILHERME PALACIO JOHN
	16824202	GYMENE LIRA GARIERI
	01977679	HELIO ALMEIDA DI PRIMIO BECK
	01875515	LEONARDO ALVES CARVALHO
	16927893	MARIANA VECCHI MENDES RENZ
	01938878	MARTA REGINA GERALDO LEITE
	16885678	NAIARA RANI DE SOUSA BERNARDO
	01966227	RAISSA WINTER DE CARVALHO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

	16825004	SAULO ROBERTO FREITAS PIMENTEL
GERENCIA DE ADMINISTRACAO PENI- TENCIARIA	01777300	DEIDSON B. R. DOS REIS OLIVEIRA
	01951092	EDUARDO CEZAR RIBEIRO FURTADO
	01937383	GUILHERME FRUTUOSO BARBOSA
	01783602	GUSTAVO H. CRONEMBERGER LIMA
	01937189	HENRIQUE PAULO DE SOUZA
	01977520	MARLON FLECK OLIVEIRA DAPPER
	01815016	MAYK STEVE RICHTER NOBRE
	01782878	PAULO ROBERTO BRAVO JUNIOR
GERENCIA DE ANALISE JURIDICA	01937499	ANTONIO ROBERTO FERREIRA FILHO
	01966219	BRUNA MAROCOLO CARDOSO POVOAS
	01977202	FRANCISCO V. DA COSTA FERREIRA
	16826663	JADSON HONORIO SILVA
	01880977	KEFINE B. MARQUES DA SILVA
	16930037	LAZARO VERAS ROCHA BORGES
	01877798	LEONARDO LUIZ JIMENEZ DE ALMEIDA
	0181494X	SIMONE DE F. C. GOULART DE ABREU
	01951947	TAYENE RESENDE
GERENCIA DE AQUISICOES	16826930	ALEXANDRE HENRIQUE DE ALMEIDA
	16885929	BRUNO ALMEIDA RODRIGUES SODRE
	16861078	CAMILA DE ANDRADE CAMILO
	16826205	GUSTAVO LOURENCO RODRIGUES
	16824520	HUGO LEONARDO BORBA KUCKELHAUS
	01875426	KARLA DIAS DE CARVALHO
	16860616	NAYARA DOS SANTOS SIQUEIRA
	16660226	RODRIGO MENDES DE MORAIS
	16928229	WALERIO OLIVEIRA CAMPORES
	16860837	WERLON COSTA CAVALCANTI
GERENCIA DE DOCUMENTACAO E CO- MUNICACAO	01970283	VILMA JOSE RIBEIRO DUTRA
GERENCIA DE MANUTENCAO DE VEICU- LOS	16826183	CHRISTYAN DE SOUSA ARAUJO BARROS
	01763709	EZEQUIEL PINTO DE OLIVEIRA
	01801023	OSEIAS PASCOAL DA LUZ
	01760742	SILVERIO BELO JUNIOR
GERENCIA DE MATERIAL E PATRIMONIO	16931726	BRENO FRANCKLIN MILWARD AZEVEDO
	0197761X	EDIVAN ANTONIO DOS SANTOS

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

	01875493	MATHEUS SURER DA COSTA REIS
	01805061	RODRIGO LAYA
GERENCIA DE OBRAS E REPAROS	01970607	ARNALDO LACERDA VALDIVINO
	01948415	BRUNO ALVES CAIXETA
	16861795	BRUNO MONTALVAO SANTOS
	0176375X	EVILAZIO HOLANDA DE SOUZA
	16824393	FELIPE SOUSA BANDEIRA
	01759396	HERBET PERFEITO DE SOUSA DUTRA
	16824253	JACSON DE T. C. FERREIRA JUNIOR
	16824237	JOEZER ALMEIDA MOREIRA
	16824962	LUIZ HENRIQUE RODRIGUES CURSINO
	16928288	PEDRO HENRIQUE SALGUEIRO RIBEIRO
	01784382	RODRIGO NUNES SARAIVA
GERENCIA DE REGISTROS FINANCEIROS	01784498	FABIO MENDES DE OLIVEIRA
	01762117	GEORGE ALVES SOUZA
	01785524	HUGO ALEXANDRE DE AZEVEDO
	16886100	JACQUELINE QUEIROZ CORDOVA
	01766007	JOVIANA ARAUJO MELO HIRTH
	01906186	MICHELE CAMPOS CANDEIRA
GERENCIA DE REGISTROS FUNCIONAIS	01924699	ALDERIANNE RODRIGUES BOAVENTURA
	0187747X	ALINE TELES DA SILVA RONSONI
	01793756	ANDREZA ROCHA BARBOSA ANDRADE
	0188042X	DEBORAH M. DE ASSUNCAO MENDES
	01977237	DIOGO CAMPOS FLORENCIO CHILON
	01763237	GABRIELE CRISTINA CAMBUI SANTOS
	16933893	IZABELA BARBOSA MIGUEL
	01764985	MARICE NOGUEIRA LEMOS
	01783513	MARISANGELA DE OLIVEIRA SILVA
	16861035	RAISSA VLADISLA ARAUJO DE MELO
	01936891	SANDRA LOPES FRUTUOSO
GERENCIA DE SAUDE	01782428	ADAIR CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
	01948504	ADALTON FURTADO DE ALMEIDA
	01778145	ADRIANO RODRIGUES NATIVIDADE
	01937073	ALMIR AZEVEDO SABINO
	16929861	ANANDA ALMEIDA VIANA
	01758691	ANDERSON HENRIQUE RIBEIRO
	01922394	ANDRE FERNANDES DE OLIVEIRA
	01764128	CARLOS A. VIRGOLINO GUEDES JUNIOR

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

	0180362X	CARLOS ROBERTO SANTOS DAMASCENO
	0183147X	CLESIO JORGE ALVES PINTO
	01971425	DEBORA CRISTINA BARBOSA
	01763296	DIOGO M. PORTINHO DE ABREU GOMES
	01784358	DOUGLAS LEANDRO SANTIAGO
	01970879	EDUARDO UCHOA ALVES
	01877348	EMANUEL LUIZ BEZERRA DA COSTA
	01814885	FLAVIO DE ALMEIDA FIRMINO
	16824865	FLAVIO FURTADO PERLMUTTER
	01764349	GERSON GONCALVES SANTOS
	01779214	GLAUCIO ALVES ROCHA
	01970615	HELIO SAMPAIO DE OLIVEIRA
	01760467	JAN DE SOUZA CERINO
	01761129	JOSUE LOUZA COTRIM
	01784056	KEINESTON RIBEIRO DUARTE
	01966316	LAERTE CARDOSO DOS SANTOS
	01763431	LUCAS FARIA RIOS
	01816330	MARCO POLLO RIBAS
	0176456X	MARCOS PAULO CARVALHO GOMES
	01936174	MENDEL GENIVAL SILVA GONCALVES
	01794493	PAULO A. G. DA SILVA FILGUEIRAS
	01760815	PEDRO HENRIQUE SOARES DE CASTRO
	01966197	RENATO MENDELEIEV SILVA SIMOES
	01764780	RICARDO REIS DOS SANTOS
	01969218	RODRIGO BRITO DO NASCIMENTO
	0197100X	ROGERIO DOS SANTOS MACHADO
	01875973	RUAN GONCALVES DA SILVA
	01783653	THIAGO DE AMORIM COSTA
	0176005X	THIAGO GOMES COUTO
	01878743	THIAGO ROCHA MOURAO
	01802763	WENDEL SATURNINO DO NASCIMENTO
	01925121	WILIAM PEREIRA DE ARAUJO
GERENCIA DE SINDICANCIAS	01937324	ANDRIA TRIGUEIRO DO NASCIMENTO
	01936824	BERENICE LOPES DAMASCENA
	01784706	CRISTINE OLIVE CORREA
	01761870	DANIEL CASTRO VIANA
	01802607	DANTONI HIDEKI KUBO E SILVA
	01765000	JULIANA ARAUJO DO PRADO
	01759787	LEANDRO JORGE BERTOLOTO
	01761765	LILIAN DE CARVALHO PORTELA SOARES
	01935356	RENATA MARIA VIEIRA DE CASTRO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

	01782975	THALES RODRIGUES DE BRITO
	16824164	VINICIUS PRUDENCIO AMOR
GERENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	01951017	ALEX RAPHAEL LIMA NOLETO
	01783505	ANDRE ALMEIDA DE ARAUJO
	01875922	ANDREA ABREU LOPES SZERVINSKS
	01924656	ANDREA MARQUES DOS REIS
	01802550	ANTONIO M. CRISTINO ALBUQUERQUE
	0192253X	GEORGE YVES BARBOSA RAMOS
	01875825	GUSTAVO ALVES COSTA
	16831837	IGOR MAIA DE CASTRO
	01977741	IZABEL C. DE SOUZA RODRIGUES
	01971557	LAIZE KAROLINE ALVES ALMADA
	01875736	LARISSA NUNES COSTA
	0178322X	LEANDRO PONTES OLIVEIRA
	1682461X	LEONEL DE OLIVEIRA NEVES
	16928873	PAULINE MARIA RAMM ROSARIO
	16826388	PEDRO ALVES COELHO DE MESQUITA
	0197288X	RENATA COELHO DANTAS KOBAYASHI
	01969234	ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO
	16824814	SILVIO NOGUEIRA DA SILVA FILHO
	16828119	WILMILENE FAGUNDES DA CRUZ
NUCLEO DE ADMINISTRACAO E ESTATISTICA	01938347	TUCSON HERINGER PINHEIRO
NUCLEO DE ANALISE JURIDICO-ADMINISTRATIVA	01765426	ALEXSANDRO ALVES DAS NEVES
	01922467	FABIO DOS SANTOS MENDES
	01760572	ISRAEL DA CONCEICAO MATOS
NUCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO	01782789	GUILHERME GOUVEA RODRIGUES
NUCLEO DE ARQUIVOS E PRONTUARIOS	01765922	ALEXANDRE BORGES RIBEIRO
	16861396	HUGO MARQUES DE MOURA ARRUDA
	01782339	JONAS DE OLIVEIRA BUENO
	01880446	JULIANA MARINHO REGO DE LIMA
	01763806	MYCHELLE DA SILVA GOMES MILHOMEM
	0178417X	NUBIA DA COSTA GONTIJO
	01778749	RAFAEL ALVES BATISTA
	01924826	VERONICA MARTINS SILVA
	1682511X	WENDERSON VIRLEI COSTA DA ROCHA



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.: 17175/2015

Rubrica

NUCLEO DE ASSISTENCIA PSIQUIATRICA	01783645	DURVAL DE MATTOS PINTO
NUCLEO DE ASSISTENCIA SOCIAL	16825063	ANA ROSA BASTO CORDEIRO MELLO
	01785516	CAROLINE DE MELO TROVAO
	01786253	DENILZO GOMES DA SILVA
	0196660X	FELIPE LUCIANO COSTA CHAGAS
	01946579	GUSTAVO JORGE ESTRELA
	16827953	LIVIA PAIVA ROCHA
	0178501X	MARIA RAQUEL BELLINASSO STIELER
	01821288	PAULA NERY RIBEIRO
	01814982	ROSEMEIRE ARAUJO ALBUQUERQUE
	01783068	VANESSA ZINGLEIA FAUSTINO SOUSA
NUCLEO DE ATENDIMENTO E ORIENTA- CAO	01880470	CARLOS ALYSSON VIANA NASCIMENTO
	01763660	SERGIO SANTOS BARROS VIEIRA
NUCLEO DE CONSERVACAO E REPAROS	01875930	EDVALDO MANGABEIRA CAMPOS
	01759310	FAUSTO RODRIGUES MACHADO
	16860691	GABRIEL DE A. RODRIGUES DOURADO
	01794760	LEANDRO RODRIGUES CARDOSO
	16860748	MURILO DA COSTA SILVA
	01802585	WALNEY DA SILVA XAVIER
NUCLEO DE ENSINO E APERFEICOA- MENTO PROFISSIONAL	01815172	BRUNO FALCAO JORDAO RAMOS
	01925903	CLAUDINE M. GUEDES FERREIRA
	01977393	DIEGO CRISTIANO DE SOUZA SILVA
	16929896	MARCELO MESQUITA PINHEIRO
	01906224	MATEUS JACOBINO RODRIGUES
	01875701	ROGERIO DA SILVA ANDRADE
	02336219	ROSENILDA DE SOUSA ALEXANDRE
	01772589	WELYDA MARIA GALVAO
NUCLEO DE EXPEDIENTE	01764152	DANIELA ISMAEL DE OLIVEIRA
	01966073	ERIKA B. DE ANDRADE RODRIGUES
	0179339X	JAQUELINE B. B DA C M REISMAN
	01875760	KARLA F. R. DA SILVA MIRANDA
	01758063	SHEILA SORAIA CARDOSO PINTO
	01783203	THIAGO VINICIUS DE LIMA
NUCLEO DE PSICOLOGIA	01763814	MARCELLE SORICI MIRANDA COSTA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Proc.:  
17175/2015-  
e

NUCLEO DE SAUDE	16862163	ANDERSON MARQUES E SILVA
	01760858	JOSE DE DEUS SALES
	01802771	JOSE MEDEIROS DA SILVA
	01807129	JULIO CESAR BORRE SOUZA
	01949438	LILIANE DE OLIVEIRA ILARIO MOURA
	01971530	ODIMAR R. F. GONCALVES ARCURIO
NUCLEO DE SINDICANCIAS E APURATO- RIOS PRELIMINARES	01783319	ANDRE LUIS OLIVEIRA CARVALHO
	01763733	FELIPE VIEIRA DE SA
	16860632	FERNANDO HENRIQUE RIBEIRO BARBOSA
	01845497	GLEIDE LOPES CARVALHO DE ANDRADE
	01971042	JILIANY ALVES PEREIRA
	16927532	RAFAEL POVOA PONTES
	16827570	RAYANE FERREIRA DE ALMEIDA
NUCLEO DE SUPRIMENTOS	16929810	BRUNO TEIXEIRA DE SOUZA
	01765590	ERIELSON JOSE SANTANA
	01758950	FABRICIO ROCHA LARA
	01783173	IGOR RODRIGUES DA SILVA
	01977490	LUCAS ALVES OLIVEIRA
	16929837	ROBERTO G. FERREIRA DE ANDRADE
OUVIDORIA	01801066	JOSE RIBEIRO DE ALMEIDA NETO
	01897977	OLIVIA MARIA SILVA FRANCA BUZAR
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINIS- TRACAO PENITENCIARIA	16929012	DEBORA ALMEIDA SANTOS
	01970968	LIGIA MARIANA LOPES
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL	16825071	FELIPE MATIAS FERREIRA DA SILVA
	01876708	GUSTAVO HENRIQUE DURAES FONSECA
	16871855	JOAO RENATO BORGES ABREU
	16861647	LIVIA SARAIVA DA CRUZ TEIXEIRA
	16928512	MARCELO LUIS VIVAN